



**CONTRATO-PROGRAMA**  
**DE**  
**DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
**Nº OTP/06/2023**

**Objeto:**

**APOIO À ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE PROVAS**

Taça de Portugal de Escolas de Vela

**Outorgantes:**

- 1. Federação Portuguesa de Vela**
- 2. Clube Vela Viana do Castelo**

## CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

**NºOTP / 06 / 2023**

**APOIO À ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE PROVAS**

**Taça de Portugal de Escolas de Vela**

Entre:

1. **Federação Portuguesa de Vela**, adiante designada por **F.P.V.** ou primeira outorgante, representada por **Mário Quina**, na qualidade de Presidente;
2. **Clube de Vela Viana do Castelo**, adiante designado por **CVVC** ou segundo outorgante, representado por **Rui Costa Pereira**, Presidente da Direção;

O presente contrato-programa para apoio à Organização Técnica de Provas, rege-se pelas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA 1ª**

#### **Objeto**

Constitui objeto do presente contrato-programa a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à organização, por parte do segundo outorgante, no decurso do corrente ano, das seguintes provas:

- 1- Taça de Portugal de Escolas de Vela - 2023 – 1 a 3 de setembro de 2023.

### **CLÁUSULA 2ª**

#### **Período de vigência**

O prazo de execução do objeto de participação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de dezembro de 2023.

### **CLÁUSULA 3ª**

#### **Comparticipação Financeira**

A participação financeira a prestar pela F.P.V. ao segundo outorgante destina-se a subsidiar a organização da **Taça de Portugal de Escolas de Vela - 2023**. A participação financeira para a prova definida na cláusula 1ª é de **2.500,00€**.

## **CLÁUSULA 4ª**

### **Disponibilização de participação financeira**

A participação prevista na cláusula 3ª será disponibilizada, para o evento definido na cláusula 1ª, após corretamente homologada pela FPV, ao abrigo do definido nos seus regulamentos. Para tal, o segundo outorgante deverá garantir o cumprimento das obrigações definidas na cláusula 5ª.

## **CLÁUSULA 5ª**

### **Obrigações do segundo outorgante**

São obrigações do segundo outorgante:

- A) Executar o determinado na cláusula 1ª do presente contrato-programa de apoio à organização técnica de provas;
- B) Prestar todas as informações, bem como apresentar cópias dos comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, quando solicitado;
- C) Prestar todo o apoio técnico e administrativo à Comissão de Regata, de Protestos e de Medições, no desenvolvimento dos seus trabalhos;
- D) Garantir que as provas se realizaram cumprindo as Regras de Regata à Vela, os Regulamentos da World Sailing e os Regulamentos da F.P.V;
- E) Entregar, no prazo máximo de 8 dias após o término da prova, o relatório de prova, preenchido no modelo publicado pela F.P.V, com os respetivos anexos obrigatórios, nos quais se inclui o mapa de classificações.

## **CLÁUSULA 6ª**

### **Incumprimento das obrigações do segundo outorgante**

1. O incumprimento por parte do segundo outorgante, das obrigações abaixo discriminadas, implica a suspensão das participações financeiras do primeiro outorgante:
  - a. Das obrigações referidas na cláusula 5ª do presente contrato-programa;
  - b. Das obrigações constantes noutros contratos-programa/protocolos celebrados com o primeiro outorgante;
  - c. Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
2. O incumprimento culposo das obrigações atrás referidas concede ao primeiro outorgante, o direito de resolução do presente contrato-programa e de reaver todas as quantias entretanto pagas.

3. Caso as comparticipações financeiras concedidas pelo primeiro outorgante não tenham sido aplicadas na competente organização do(s) evento(s) referido(s) na cláusula 1ª, o segundo outorgante obriga-se a restituir ao primeiro outorgante os montantes não aplicados e já recebidos.

### CLÁUSULA 7ª

#### Tutela Inspetiva do Estado e fiscalização da FPV

Compete ao IPDJ, I.P. fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa, sendo que ao abrigo do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 273/2009, as ações inspetivas atrás enunciadas podem ser tornadas extensíveis à execução do presente contrato-programa.

Compete também à FPV fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

### CLÁUSULA 8ª

#### Entrada em vigor

O presente contrato-programa produz efeitos desde **1 de janeiro de 2023**.

Lisboa, 13 de setembro de 2023

O Presidente da Federação



Mário Quina

O Presidente do CVVC

  


CLUBE DE VELA  
VIANA DO CASTELO  
Rui Costa Pereira